

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das
Público<< Campo excluído do banco de dados >>**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005872-42.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Raquel Gonçalves**
 Requerido: **Super Esposa Solução em Limpeza Ltda ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

RAQUEL GONÇALVES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Super Esposa Solução em Limpeza Ltda ME, alegando ter contratado o serviço de limpeza da ré em 22 de janeiro de 2014, pelo valor de R\$ 75,00, pago através boleto encaminhado pela ré para o email dela, autora, em 27 de janeiro de 2014, não obstante o que a ré teria apontado referido título a protesto, causando restrição do crédito em seu desfavor e causando prejuízos morais e materiais, de modo que requereu que o feito seja julgado antecipadamente, com a declaração da inexistência do débito e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais em valor a ser arbitrado.

A ré contestou o pedido sustentando que o AR de sua citação teria sido juntado sem certidão com data de sua juntada, de modo a impedir a contagem do prazo para contestar; ainda em preliminar afirma que a obrigação em nome da autora se acha liquidada, conforme informação da *Caixa Econômica Federal*, em consequência do que o alegado protesto deve decorrer de erro nos sistemas da própria Caixa Econômica Federal, ou seja, por culpa de terceiro, que em se tratando da *Caixa Econômica Federal* demanda a remessa dos autos à Justiça Federal, enquanto no mérito destaca tenha a autora pago um título que lhe foi enviado com nome de terceiro, o que seria inexplicável, de modo que o prejuízo ou a dor moral da autora não existiriam na medida em que não procurou por ela, ré, para informar que o título estava em nome diverso, concluindo pela improcedência da ação.

A autora não replicou.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à ré e seu nobre procurador, todo documento juntado digitalmente tem, a partir de consulta em ícone específico sob o título “propriedades”, a relação dos dados relativos à sua digitalização e juntada, de modo que não há como se admitir a afirmação de vício ou nulidade em relação à juntada do AR de sua citação.

Quanto à incompetência deste Juízo, cumpre considerar que, tenha o protesto decorrido ou não de erro da *Caixa Econômica Federal*, é ato de responsabilidade da ré, que na relação de cobrança é mandante, ou seja: a *Caixa Econômica Federal*, enquanto cobradora, age na condição de endossatária e mandatária, portanto, em nome da ré e sob sua ordem, de modo que a responsabilidade pelo eventual erro é dela ré, com o devido respeito.

Rejeita-se, portanto, a preliminar de incompetência do Juízo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

No mérito, conforme pode ser conferido às fls. 17 e fls. 18, a ré remeteu à autora um boleto de cobrança bancária, a cargo da *Caixa Econômica Federal*, para ser quitado no valor de R\$ 75,00 com vencimento para 27 de janeiro de 2014, tendo havido quitação na referida data, conforme recibo de fls. 19.

De fato o boleto está em nome de *João Paulo Pereira do Carmo*, e a duplicata mercantil nele descrita tem o número 781 (fls. 20).

Já a duplicata mercantil apontada a protesto tem o número 782, com o mesmo valor e data de vencimento, sendo portadora a mesma *Caixa Econômica Federal*.

Ou seja, a ré enviou o boleto errado para a autora, que sem atentar para o nome, pagou-o, deixando que a duplicata em seu nome, que tinha número diverso, ficasse sem pagamento, o que motivou a remessa, pela endossatária-mandatária, *Caixa Econômica Federal*, a protesto.

A culpa da ré é manifesta, pois foi de sua administração que partiu a remessa equivocada do título à autora, que, não obstante, concorreu culposamente para que o título em seu nome restasse sem pagamento.

Logo, sua é a responsabilidade pelo protesto, ainda que em concorrência com a culpa da autora.

Do protesto, a seu turno, decorre a restrição de acesso ao crédito à pessoa da autora, crédito que, “*em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada*” (cf. YUSSEF SAID CAHALI)¹, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, “*eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada*” (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)².

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a cinco (05) salários mínimos se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença (*salário mínimo de R\$ 788,00 - cf. Decreto nº 8.381, de 2014*), de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 3.940,00.

Em razão da concorrência de culpa da autora, conforme acima analisado, deve a referida indenização ser reduzida em 30% (*trinta por cento*), de modo que fica definitivamente liquidada em R\$ 2.758,00, valor que deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

A ré sucumbe na parte mais expressiva do pedido, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Acolhida no mérito a demanda, cumpre seja dispensada a caução em relação à antecipação da tutela, sem que possa essa determinação ser alcançada por efeito suspensivo de eventual recurso de apelação.

Ainda, com base no art. 461 do Código de Processo Civil, visando a prestação jurisdicional específica e efetiva, determino que haja cancelamento do protesto.

¹ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

² LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a dívida em nome da autora RAQUEL GONÇALVES, tendo como credora a ré Super Esposa Solução em Limpeza Ltda ME, oriunda da duplicata mercantil nº 782, emitida em 22 de janeiro de 2014 no valor de R\$ 75,00 com vencimento em 27 de janeiro de 2014, e, como consectário, determino a exclusão definitiva dos apontamentos e anotações de inadimplência desse negócio junto ao SCPC e SERASA, bem como o cancelamento do protesto junto ao Tabelionato de Protesto da Comarca de São Carlos; CONDENO a ré Super Esposa Solução em Limpeza Ltda ME a pagar à autora RAQUEL GONÇALVES indenização por dano moral no valor de R\$ 2.758,00 (*dois mil setecentos e cinquenta e oito reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Observe-se a manutenção da exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes e o cancelamento do protesto, dispensada a caução, em relação à dívida ora declarada inexistente, por força da manutenção de medida de antecipação da tutela.

P. R. I.

São Carlos, 17 de abril de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**